

MULHERES, NEGRAS E GESTORAS: PORQUE SIM!

Letícia Godinho e Renata Souza-Seidl
Organizadoras

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro | 2021



Assim, as biografias da obra trazem 14 histórias de mulheres que atuaram e ainda atuam em diferentes âmbitos da gestão pública, como educação, assistência social, cultura, patrimônio, segurança pública, política prisional, prefeitura municipal, assessoramento legislativo, política para mulheres, igualdade racial e diversidade sexual; e de distintas gerações e lugares de Minas Gerais, embora a maioria tenha construído percurso de vida e trabalho na capital do estado.

A partir das narrativas de suas próprias histórias, cada um dos capítulos do livro foi escrito, cujos títulos trazem seus nomes: Macaé Evaristo, Larissa Borges, Nila Rodrigues, Daniela Tiffany, Patrícia Santana, Iara Viana, Maria do Carmo Ferreira (Cacá), Cleide Barcelos, Yone Gonzaga, Eliane Dias, Xica da Silva, Magda Neves, Cleide Hilda e Diva Moreira. Os textos resultam de uma construção a muitas mãos, as das biografadas e da equipe de pesquisadoras e pesquisadores, mas cuidando de manter evidentes as vozes das primeiras. Esperamos, com isso, trazer à tona seu protagonismo e registrar, como *memória viva*, tanto a riqueza inerente às suas experiências, bem como a significação dos acontecimentos narrados tal qual imputada pelas próprias entrevistadas. Também colaborar com a discussão dos impactos da combinação de *raça, classe e gênero* no percurso de ascensão das mulheres negras às instâncias de poder e de decisão públicas, do racismo estrutural, do caráter e importância das políticas de igualdade racial, assim como a crítica aos mitos da “democracia racial” e à “meritocracia” na atuação do Estado.

O projeto foi financiado com recursos oriundos de emenda parlamentar e selecionado a partir da chamada pública aberta pela *Gabinetona*, que visou a orientar a destinação de parte dos recursos das emendas individuais acessadas pelas deputadas Andreia de Jesus e Áurea Carolina (Psol).

A obra constitui o segundo volume da série *Sempre Vivas*, uma coleção de biografias coletivas de mulheres projetada pelo Egedi. O grupo, criado em 2014, tornou-se ao longo do tempo cada vez mais multirracial – o que lhe permitiu discutir, de forma muito mais rica e democrática, ainda que mais desafiadora, os eixos de gênero e raça em sua articulação com a gestão e as políticas públicas.

As organizadoras

Belo Horizonte, fevereiro de 2021.

#VidasNegrasImportam

1

INTRODUÇÃO

Letícia Godinho
Renata Souza-Seidl
Ana Paula Salej

1. Introdução

Para realizar uma investigação sobre quem são as mulheres negras que estão no serviço público, mobilizamos nesta pesquisa uma literatura produzida na articulação entre as teorizações das intelectuais e autoras negras e o movimento de mulheres negras e metodologias que pudessem lhes garantir um papel central na elaboração da pesquisa e da obra. A breve recuperação dessa literatura, dos poucos números existentes que reforçam a persistência de desafios e do debate que cerca a escolha metodológica, orientada para o fortalecimento da presença das biografadas, são os elementos que a leitora encontra nessa introdução. Ela foi construída de forma a compartilhar escolhas e sentidos, evidenciando a trajetória de construção da obra.

1.1. Um breve diálogo com a literatura

Embora a presença de mulheres negras no serviço público constitua uma pauta posta há muito no campo da política e das organizações de mulheres negras, trata-se de uma temática ainda pouco trabalhada na academia. São escassos os espaços encontrados em teses, revistas científicas e livros para a reflexão sobre as condições em que mulheres negras conseguem acessar, ascender e ocupar lugares de decisão no interior da administração pública.

É possível encontrar no *feminismo negro* uma discussão importante dos fatores e estruturas que determinam as condições de vida das mulheres negras, sua inserção no mundo do trabalho e na vida pública, entre outras questões. Em sua origem, essa literatura busca desnudar as estruturas sociais racistas e sexistas mais amplas, que organizam e emolduram o cenário dos enfrentamentos cotidianos dessas mulheres e do povo negro em geral.

São as contribuições desse campo teórico-prático que também explicam, com efeito, a falta de centralidade e a pouca importância atribuída às teorias e discussões trazidas pelas intelectuais negras, em um país pobre, de maioria negra e feminina. Ele evidencia por quais mecanismos um regime social amplamente opressor promove o silenciamento sistemático dessa população nos diversos campos do saber – acadêmico, midiático, social e político. Trata-se do *epistemicídio* de que fala Sueli Carneiro (2019), processo pelo qual suas perspectivas ou “lugares de fala” são prontamente desmerecidos, ignorados ou suprimidos (Djamila RIBEIRO, 2017)¹.

As bases do pensamento feminista negro se encontram nos primeiros movimentos de mulheres negras, reunidas pela preocupação em conceber formas de libertação de sua população do cativo, da pobreza, da exploração degradante e da coisificação do corpo negro. Interessadas, além disso, na criação de novas referências teóricas e metodológicas para dar conta das realidades próprias das mulheres negras. Por um lado, o feminismo “tradicional” não estaria atento às formas de vida e desafios particulares das mulheres negras, dado que fundado sob a perspectiva das mulheres brancas – que, ao se pretender abrangente, acabou assumindo formas até mesmo opressoras. Por outro, também o movimento negro estaria permeado por uma perspectiva limitada, a do homem negro, que abriria pouco espaço para o reconhecimento das mulheres dessa população. Assim, diante da invisibilidade da militância das mulheres negras e o apagamento de suas pautas, caberia a elas *enegrecer* a agenda do movimento feminista e *generificar* a do movimento negro, promovendo a *complexificação* das suas concepções e práticas políticas (Sueli CARNEIRO, 2003 *apud* Cristiano RODRIGUES, 2010; ver também Ana Cláudia PEREIRA, 2016; Patrícia Hill COLINS, 2019; Michele SILVA, 2007). Em seu projeto emancipatório:

Denunciam a violência machista dentro do próprio Movimento Negro e demais movimentos sociais, nas relações domésticas, nas disputas internas; quer sejam no emprego, nos movimentos, nos sindicatos e nos partidos. Elas reeducam homens e mulheres negros, brancos, de outros pertencimentos étnico-raciais, e também elas mesmas (Nilma Lino GOMES, 2017, p 73).

1 Nota da editoração: Por opção das autoras, a primeira citação de cada referência será feita com nome e sobrenome para evidenciar a existência (hoje majoritária) de cientistas mulheres, em um contexto em que se supõe que “o autor” de um texto científico é sempre um homem.

Faz parte das fundações desse esforço teórico, prático e político a articulação das dimensões de gênero, raça e classe. As autoras e ativistas negras estariam preocupadas em evidenciar não apenas como desigualdades se sobrepõem em camadas calcificadas de vulnerabilidade que se somam e predestinam suas experiências de vida; mas mostrar como essa tripla articulação assumiria formas históricas, complexas e próprias, como no conceito de *interseccionalidade*, cunhado por Kimberlé Creenshaw (2002). No Brasil, a indissociabilidade dessa tripla opressão teria como origem o processo colonial, que conformaria um capitalismo patriarcal-racista dependente, segundo o diagnóstico absolutamente original e preciso de Lélia Gonzalez (1988; 1984).

Estabelece-se nessa perspectiva, também, a reivindicação crucial da *presença* – da experiência vivida, encarnada, seja pessoalmente, seja a de seus pares, na constituição das ideias e pautas postuladas no movimento e no pensamento feminista negro:

Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica. [...] O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social (RIBEIRO, 2017, p. 32 e 36).

Além das organizações propriamente vinculadas às questões raciais e grupos representativos de mulheres negras, as mulheres negras participam, de modo fundamental, de outros movimentos significativos da sociedade civil brasileira negra e periférica, como o movimento de favelas, os movimentos de trabalhadoras domésticas, as associações comunitárias, as comunidades religiosas afro-brasileiras, o movimento estudantil, entre outros. Tais movimentos se encontram presentes no pano de fundo da trajetória das mulheres participantes desta biografia coletiva, ainda que uma parte das biografadas não esteja ativamente ligada a nenhum deles.

Contrariando os cenários fixados para essa população, as práticas e pautas do movimento de mulheres negras e da teoria feminista negra descortinam o contexto de vida dessas mulheres e apontam para temas fundamentais em torno da reflexão sobre seu lugar e papel na administração pública – por exemplo, sobre o tema da meritocracia ou sobre o processo de elaboração de políticas públicas de igualdade racial e de gênero. Ao ocuparem de forma gradativa, ainda que muito incipiente, os espaços de formação, trabalho e vocalização, as mulheres negras e gestoras enfatizam, na prática e na teoria, as implicações da ausência de representatividade e a importância de sua garantia, seja na academia, seja no processo de elaboração e condução das políticas públicas.

1.2. Em que condições as mulheres negras acessam a administração pública, ascendem e ocupam postos de decisão?

As estatísticas disponíveis expressam alguns dos desafios enfrentados pelas mulheres negras no mercado de trabalho. A seguir, o diálogo com alguns dos dados disponíveis, igualmente escassos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), do total da população brasileira, as pessoas negras constituem a maior parte da força de trabalho no país. Em 2018, eram 57,7 milhões de pessoas, 25,2% a mais do que a população não negra. Em contrapartida, elas formavam cerca de $\frac{2}{3}$ de todas as pessoas desocupadas (64,2%) e subutilizadas (66,1%) na força de trabalho, naquele ano.

Outros dados informam acerca da maior precarização do mercado trabalho do ponto de vista das pessoas negras e suas consequências. Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas brancas ocupadas estavam em ocupações informais, entre as negras, esse percentual atingia 47,3%. Dos cargos gerenciais, a maioria foi ocupado por pessoas brancas – 68,6% contra 29,9% de negros e pardos (IBGE, 2019).

No caso das mulheres negras, elas constituem o maior grupo étnico da população brasileira, representando 28% dessa; também sua maior força de trabalho. Elas têm uma menor taxa de participação na população economicamente ativa (PEA), maior desocupação e jornada média semanal inferior – todos esses indicativos de posições de trabalho mais frágeis (Mariana MARCONDES *et al.*, 2013).

Além do acesso mais precário ao mercado de trabalho, a vulnerabilidade dessa população se reflete na ocupação de posições de menor prestígio e remuneração. São maioria entre as trabalhadoras domésticas – quase 60% de todos os trabalhadores nessa posição. Na realidade, são maioria nos serviços sociais de forma geral, incluindo funções domésticas, de saúde e de educação. São posições relacionadas ao “cuidado” e que reforçam o papel “de servir”, destinados às mulheres negras. Além disso, cerca de 13% das mulheres negras ocupadas exercem atividades para o próprio consumo ou sem remuneração (*idem*).

Em Minas Gerais, a população negra e parda somou 52,3% da população e representou a maior taxa de desocupação em 2018, 12,2%. Em contrapartida, as pessoas brancas apresentaram taxa de 8,3% de desocupação. O rendimento médio da população negra equivaleu em 2018 a 65,7% do rendimento médio da população branca, nesse estado (IBGE, 2019).

As mulheres negras eram maioria entre as empregadas domésticas com carteira assinada (63,3%, dentre as trabalhadoras com carteira assinada e 67,7% sem carteira assinada), e entre os trabalhadores familiares auxiliares (34,5%). Em contraposição, eram minoria entre os empregadores, apenas 9,6% (IBGE, 2019).

Acerca das tendências que caracterizam especificamente o cenário da administração pública, uma delas é que as mulheres em geral apresentam maior participação nesse setor. No entanto, no setor público federal, o mais bem remunerado, a participação dos homens é maior. As mulheres negras são o grupo com menor participação nesta esfera, representando apenas 7,5% do universo de trabalhadoras e trabalhadores, menos da metade de sua participação no serviço público de forma geral (Tatiana SILVA; Josenilton SILVA, 2014).

Os rendimentos no serviço público reproduzem essa hierarquia das ocupações. Nela, os homens brancos se situam no topo, seguidos dos homens negros, das mulheres brancas e das mulheres negras. Entre os profissionais com ensino superior, as mulheres negras recebem, em média, menos da metade de um profissional branco (40%). Essa desigualdade encontra explicação não apenas nas discriminações de gênero e raça, mas também na forma de inserção na ocupação. As mulheres, especialmente as negras, estão sub-representadas dentre as servidoras e servidores com vínculo com a administração, bem como nas atividades e nos cargos de direção e de maior prestígio (Ana Paula VOLPE *et al.*, 2012). Além disso, cerca de 65% das mulheres negras empregadas no serviço público se encontram na esfera municipal, que tem os piores rendimentos médios.

No setor público de Minas Gerais, foi possível observar um crescimento do número e da participação de mulheres e homens negros empregados no período entre 2014 e 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (Pnad contínua)². Em 2019, as mulheres negras representaram cerca de 35,5% dos trabalhadores do setor público de Minas Gerais, o equivalente a 420 mil pessoas; as mulheres brancas constituíram 25%; os homens negros, 25%, e os homens brancos, 16% dessa população.

Apesar da representação das mulheres negras no setor público se mostrar alta, quando analisada em termos da distribuição das ocupações, observa-se que, segundo os dados de 2019 para Minas Gerais, as mulheres negras ocupadas na administração pública estavam assim distribuídas: a grande maioria no grupo das profissionais das ciências e intelectuais

² Agradecemos à Nícia Raies, pesquisadora da Fundação João Pinheiro, a realização do levantamento das estatísticas para o estado de Minas Gerais, junto à PnadC / IBGE.

(37% de todas as mulheres negras no setor público)³; em seguida, no grupo das técnicas e profissionais de nível médio (21%); dentre as trabalhadoras do apoio administrativo (13,5%) e nas ocupações elementares (11,5%). Apenas 3,8% das mulheres negras ocupavam a posição de diretoras e gerentes no serviço público, o equivalente à taxa de homens negros, superior à das mulheres brancas (2,9%) e inferior ao dos homens brancos (4,9%) (IBGE, 2020).

Em termos de capacidades, a média de anos de estudo das mulheres negras ocupadas na administração pública de Minas Gerais (13,6) foi inferior apenas à das mulheres brancas (14). Homens brancos e homens negros empregados apresentaram, em média, 13 e 12,2 anos de estudo, respectivamente. Apesar disso, as mulheres negras tiveram o pior rendimento médio, bem como a pior renda domiciliar *per capita*. Elas receberam 46% do rendimento dos homens brancos, 62,5% dos homens negros e 75% das mulheres brancas (IBGE, 2020).

Dialogando com esses dados, investigações de caráter qualitativo abordam as condições e experiências no acesso ao trabalho e em seu ambiente, denunciando os persistentes obstáculos e discriminações em função da raça, do gênero e da classe. Pesquisas realizadas em contextos geográficos distintos apontam muitas convergências nessa relação, o que induz à interpretação de que, mesmo em ambientes e contextos diferentes, as mulheres negras estão sujeitas a fatores discriminatórios muito similares e, portanto, estruturantes (Sueli CARNEIRO, 2019; Carmen DIOP, 2011; Irene BROWNE, 2000; J. Camille HALL; Joyce EVERETT; Johnnie HAMILTON-MASON, 2012).

Essas pesquisas evidenciam fortemente que mulheres negras – ainda que superqualificadas – sofrem discriminação no acesso ao emprego, em seu *status* profissional, nas formas de contratação, além de relatarem constrangimentos cotidianos nas relações de trabalho. Enfatizam que mulheres negras escolarizadas são sistematicamente discriminadas no trabalho e não desenvolvem as carreiras que poderiam e deveriam desenvolver. Em termos de precariedade e desemprego, os diplomas não as protegem: sofrem com excesso de trabalho, com longos períodos de desemprego e estão muito mais propensas à precariedade de condições de trabalho e rendimentos.

As formas e condições precarizadas de trabalho dificultam ou até mesmo as privam da filiação a coletivos trabalhistas (sindicatos e associações), o que dificulta em consequência o acesso a direitos (trabalhistas, previdência social, entre outros). Por outro lado,

integram o repertório de discriminações: o não reconhecimento de sua competência para ocupar determinados postos de trabalho; a ocupação *simbólica* de um posto de trabalho – ou seja, sem poder de decisão ou de funções correspondentes; o recorrente descrédito; a apropriação da autoria de suas ideias; desvios de função; e assédio moral e sexual.

Os relatos das pesquisas indicam que sua reação ao racismo institucional que permeia tais contextos passa pelo desenvolvimento de estratégias e de um saber prático; esses, muitas vezes, assumem a forma do “comportar-se de acordo com as regras” das quais são vítimas, para poderem persistir nas organizações. Outras vezes, geram formas de enfrentamento e influenciam mudanças do ambiente de trabalho.

1.3. Os desafios metodológicos da pesquisa

Explicitar a metodologia utilizada para concretizar esta obra, que reúne histórias de mulheres negras que ocuparam ou ocupam cargos de relevância na gestão pública, significa compartilhar a escolha de um caminho para garantir a maior presença das biografadas na obra. Essas histórias, que podem assumir formas variadas (Sumaya MORAES, 2009), aqui tomaram a forma de *biografias*. A partir de testemunhos orais, fomentados por um roteiro pré-definido, as biografias foram redigidas por meio da técnica da *transcrição*, em um processo dialógico tecido entre pesquisadoras e biografadas.

O uso da história oral e da biografia como método de investigação e os desafios inerentes à *escrita de si* são aspectos importantes da pesquisa e, portanto, serão exploradas abaixo. As peculiaridades inerentes as escolhas metodológicas reforçam a importância da explicitação dos procedimentos relacionados ao desenvolvimento da pesquisa e do texto propriamente dito, o que fazemos a seguir. Por fim, tecemos algumas considerações acerca de uma escrita que se pretende feminista e enegrecida, enfim, decolonial. Esperamos com isso evidenciar como as escolhas realizadas, algumas delas poucos “tradicionais”, buscam convergir com a perspectiva assumida por nossa investigação.

1.3.1. A história oral e o uso da biografia na pesquisa social

[...] é possível constatar que a história oral é um campo de trabalho e uma metodologia que [...] se caracteriza pela interdisciplinaridade e pelas muitas possibilidades de emprego, desde a história política, passando pela história dos movimentos sociais, pela história de trabalhadores, de instituições, até a história da memória, por exemplo; que ela se insere no campo da história do tempo presente; que está intimamente ligada às noções de biografia e história de vida; que a fonte oral tem especificidades que a diferenciam de outras fontes históricas (Vere-na ALBERTI, 1997, p. 18).

³ Esse grupo inclui as professoras de todos os níveis da educação (ensino fundamental, médio e superior).

A explicação acima de Alberti indica que o uso da história oral é uma metodologia convergente com o objetivo deste livro: uma temática cuja literatura não apenas é bastante escassa, mas carece de fontes alternativas disponíveis. O livro busca retratar memórias e histórias do tempo presente, e seu forte viés político está evidenciado.

A história oral possui íntima relação com o método biográfico. A *biografia*, assim como a autobiografia e os diários, são gêneros tradicionais do campo literário, compostos por relatos da vida de uma pessoa (ALBERTI 2000), e que se consolidaram como tais a partir de meados do século XVIII (Yuri BATISTA, 2018, p. 1). Nas ciências sociais, Sumaya Moraes (2009) explica que a biografia teve seu uso ampliado como método de investigação ao longo do século XX, ao ser reconhecida, entre outros fatores, por assegurar a articulação de uma história individual à história social. A incorporação de temas contemporâneos na pesquisa histórica, a partir da década de 1970, aportou não apenas interesse pela história oral, mas valorizou também a biografia (ALBERTI, 2000). Ambos os métodos consideram as experiências individuais como importantes na compreensão do passado, e são assim ferramentas contundentes de revalorização do papel das sujeitas na história.

O ato de interpretar sua própria história é também o de compreender os fatos como “colocações e deslocamentos no espaço social” (Pierre BOURDIEU, 1996, p. 190). Elas não se constituem sozinhas e fazem parte de uma trama de muitas outras histórias. O relato pessoal expressa “uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em dada sociedade” (MORAES, 2009, p. 2). É por isso que a biografia representa a possibilidade de uma teoria da ação social e histórica, que estabelece uma relação entre as dimensões psicológica e social. Ela garante, a quem se utiliza dessa abordagem, o reconhecimento das singularidades, sem desconsiderar as dimensões socioculturais (MORAES, 2009).

Ao considerar cada sujeita como portadora de um projeto de vida vinculado à história social, o método biográfico também ganha relevância quando se trata de construir ou reconstruir a identidade de um grupo. As biografias coletivas concentram características de determinado grupo, ilustram formas típicas de comportamento. Mesmo características excepcionais ou exclusivas servem para mostrar o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo, ao permitir identificar possibilidades latentes da cultura e deduzir, “em negativo”, o que seria mais frequente (ALBERTI, 2000, p. 3).

Na expectativa de valorizar a contribuição dos relatos pessoais na compreensão de elementos comuns à realidade das mulheres biografadas, a presente obra foi concebida como uma biografia coletiva. Isso significa que os relatos apresentados são importantes em si, mas também em seu conjunto. Do ponto de vista coletivo, isso significa que é possível

focar nas “características comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas” (Lawrence STONE, 2011, p. 115). Os vários tipos de informações sobre as biografadas, justapostos, combinados e examinados (por exemplo, no capítulo que encerra o livro) constituem resultados importantes desse tipo de investigação.

Do ponto de vista individual, por sua vez, cada capítulo é um registro da singularidade e potência de cada trajetória narrada. As histórias narradas expressam acontecimentos únicos, encarnando um tempo vivido. Nesse sentido, disponibilizar essas biografias adquire também uma importância político pedagógica, em que se valoriza a expressão das vivências e a concretude das experiências individuais, a atitude crítica, reflexiva e inventiva (MORAES, 2009), no contexto de práticas de ensino hegemonicamente ancoradas em teorias e ideais “genéricos”, pretensamente universais. A biografia nos desafia a enfrentar “um outro saber”, segundo Bruce Albert (2015, p. 513), “ao mesmo tempo próximo e inacessível”. Impele-nos à reconciliação com *o outro, a outra*, que são também o não-genérico, o não-universal e, por isso mesmo, múltiplo. Também com nossas próprias vidas, saberes e memórias.

1.3.2. Os dilemas em torno da *escrita de si*

Nos capítulos deste livro, a presença da biografada como primeira coautora e a escrita em primeira pessoa pode criar a expectativa de que a obra reúna *autobiografias*. Essa questão remete, com efeito, a uma controvérsia importante, colocada tanto no campo da literatura quanto das ciências humanas e sociais. São “os bastidores da primeira pessoa”, de que trata Philippe Lejeune (1980 *apud* ALBERT, 2015), entre muitas outras autoras. No caso de um texto escrito em primeira pessoa, mas em coautoria, quem seria a “verdadeira” autora do texto? Qual o papel das coautoras, as biógrafas – são transcritoras passivas de memórias que lhes são transmitidas ou desempenham um papel ativo no processo de rememoração e construção da narrativa?

Escrito em 1983, *As escritas de si*, de Michel Foucault busca refletir sobre a autoria em textos como cartas, diários e quaisquer outras formas de registrar ações, pensamentos ou sentimentos próprios. Conclui que esses gêneros textuais funcionariam para suas autoras como um processo de desabafo ou expurgo de algo que deseja compartilhar. Proporcionam um maior conhecimento da pessoa sobre si mesma, e uma possibilidade de refletir sobre sua própria personalidade e seu lugar na sociedade (SILVA; MOREIRA, 2016).

Mas o autor não trata da escrita em coautoria, em que autoras e personagem de uma biografia não são necessariamente uma e só pessoa. A esse respeito, a discussão feita por Pierre Bourdieu sobre o *relato de vida* nos parece útil. Bourdieu (1996) ressalta que, nesse método, a investigada se coloca à disposição da investigadora, que é quem lhe propõe certa estrutura: por exemplo, uma ordem para a sucessão dos acontecimentos, que nem sempre vão seguir estritamente a ordem cronológica dos eventos narrados; os temas a serem discutidos e aprofundados, entre outras.

Assim, se no relato de vida “clássico”, pede-se a um informante privilegiado que conte sua vida para daí retirar matéria para o texto; em formas alternativas de pesquisa e escrita, não se pretende ausentar a redatora ou coautora⁴. Na verdade, o que caracterizaria as formas biográficas clássicas seria justamente “a ficção de uma ausência de ficção”, ou seja, “a ilusão de um face-a-face sem mediações” entre biografada e leitora, de acordo com Bruce Albert (2015, p. 535).

Nessa mesma perspectiva, Alberti (1996) explica a diferença entre autobiografia e história oral, justificando o uso da coautoria nesse método. Apesar de ambas serem expostas na primeira pessoa do biografado:

[...] enquanto na autobiografia há apenas um autor, na entrevista de história oral há no mínimo dois autores – o entrevistado e o entrevistador. Assim, mesmo que o entrevistador fale pouco, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato – científico, acadêmico – sobre ações passadas (ALBERTI, 1996, p. 4).

Acerca dos textos que compõem esta biografia coletiva, construímos a compreensão de que autora, narradora e personagem não são uma só. Biógrafas e biografadas estabelecem um processo de interação dialógica que transformam a obra e lhe dão múltipla autoria. Tal construção não resultou simples, mas revela nossa opção por um caminho que, além de valorizar a biografada como mulher preta e protagonista da história que se conta, também pretende evidenciar que a abordagem construída é resultado de uma interação que produz *uma* escrita de si específica, distinta daquela que poderia ter sido construída por si só.

4 Se, nos escritos da antiguidade, o anonimato da autora era algo comum e bem-aceito; contemporaneamente, a necessidade de se demarcar a voz autoral se erige pela necessidade de dar respaldo ao texto. Não se admite que a proprietária da voz se ausente; ela deve referendar ou sustentar as razões que permeiam sua atividade criadora (BATISTA, 2018, p. 2). Mais do que isso: de acordo com Bourdieu, “a identidade é registrada através do nome próprio, é o atestado visível para que o indivíduo possa ser reconhecido com um ser social e tenha suas funções na sociedade, para que de fato sua existência possa ser confirmada” (SILVA; MOREIRA, 2016, p. 14).

Assim, quem assina os capítulos como primeira coautora é a biografada, cada uma das autoras dos relatos que constituem a fonte concreta desta biografia; sua voz. As biógrafas, de cuja iniciativa vem a investigação, comparecem como coautoras – *transcriadoras* presentes, cuja inexistência não se pretende simular. Esse encontro entre o *relato* e o *científico* pode ser considerado como o resultado da organização da memória viva e da disponibilidade e confiança das biografadas de seguirem um roteiro construído, a princípio, pelas biógrafas.

Contudo, tal construção, para ser legítima, precisa obedecer a certos princípios éticos. O encontro entre biógrafas e biografadas deve estar fundado em uma espécie de “pacto tácito”, defendido por Albert (2015), que se erige em resposta à confiança depositada pela primeira no desvelar de suas memórias. Assim, deve-se não apenas fazer justiça aos relatos em si, mas ao seu sentido político. Em outras palavras, nesse gênero de pesquisa, nós, pesquisadoras, convertemo-nos em aliadas políticas de nossas interlocutoras, como fundamento desse engajamento.

Por fim, se *espalhar a palavra* – no caso, alheia – implica sempre em transformá-la, há um conjunto de procedimentos e soluções narrativas que garantem a integridade da escrita, os quais explicitamos a seguir.

1.3.3. Procedimentos metodológicos

Júlia Matos e Adriana Senna (2011) advertem que, na utilização do método e da fonte da história oral, deve-se estar atenta à explicitação das opções metodológicas e procedimentais que constituíram a investigação. Os procedimentos fundamentais para a realização desta obra dizem respeito à revisão da literatura, à produção do roteiro, à seleção das biografadas, à realização das entrevistas, ao tratamento dos dados e à produção e análise do texto.

Dessas várias etapas, a primeira foi a revisão de textos de autoras brasileiras e estrangeiras em torno da temática da participação das mulheres negras no mundo do trabalho e do serviço público, bem como sobre o *feminismo negro* e os movimentos de mulheres negras no Brasil. Os encontros regulares de estudos e discussão do Egedi, iniciados em agosto de 2019, duraram 11 meses e antecederam à construção do roteiro das entrevistas.

Nesse esforço de estudo e amadurecimento de hipóteses e questões para a investigação, foram fundamentais as contribuições de Débora Menezes Alcântara⁵ e Michele Lopes da Silva Alves⁶.

A revisão embasou a construção do roteiro das entrevistas, que abordou as seguintes dimensões: 1. origens, história familiar; 2. trajetória escolar e universitária – desafios, diferenciais e formas de acesso; 3. trajetória profissional – tipos de acesso, experiências e postos ocupados, estratégias, violências simbólicas sofridas e resiliência; 4. formação da identidade individual e coletiva, políticas públicas de igualdade racial e religiosidade; 5. uma reflexão livre sobre si própria. No processo de discussão do roteiro, as importantes contribuições de Merelane Emanuele Cardoso⁷ e Camila Natália Ferreira Teófilo Alves⁸ possibilitaram seu aprofundamento.

Na etapa seguinte, foram definidos critérios para a seleção das mulheres a serem biografadas. Nessa escolha, o que se buscou foi um conjunto diverso em termos geracionais, de experiências profissionais e setores ocupados por elas na administração pública. Assim, o livro reúne biografias de mulheres que atuaram e ainda atuam em diferentes âmbitos da gestão pública: educação, assistência social, cultura, patrimônio, segurança pública, política prisional, prefeitura municipal, assessoramento legislativo, política para mulheres, igualdade racial e diversidade sexual. As mulheres pertencem a distintas gerações e são provenientes de diversos lugares de Minas Gerais, embora a maioria tenha construído seus percursos de vida e trabalho na capital do estado.

Tendo em vista as medidas de isolamento social implementadas a partir da pandemia de Covid-19, tivemos que optar por realizar as entrevistas de história oral de modo remoto (por aplicativo de videochamada). As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, tendo havido prévio conhecimento e autorização por parte das biografadas, e realizadas entre agosto e setembro de 2020. As 11 pesquisadoras-biógrafas que compuseram a equipe da pesquisa foram divididas em duplas para a realização dos encontros remotos com as

5 Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (DCP/UFMG) e integra o Centro de Estudos Republicanos (Cerbrás) da UFMG.

6 Professora do Instituto Federal do Piauí (IFPI) – Campus Cocal. Integra o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFPI – Cocal; o Programa Ações Afirmativas na UFMG da Faculdade de Educação (FaE) da UFMG, entre outros grupos de pesquisa.

7 Assistente social, foi Secretária Municipal de Cidadania Desenvolvimento e Assistência Social do município de São João Del-Rey em Minas Gerais.

8 Servidora da Defensoria Pública de Minas Gerais, co-idealizadora e coordenadora do projeto *Samba das Pretas* em Belo Horizonte.

biografadas. Cada dupla ficou responsável por organizar a entrevista, bem como a escrita da biografia de duas a três mulheres. Foram necessários mais de um encontro, de duas a quatro sessões, dependendo de cada caso. Em horas totais, o *corpus* reuniu 44 horas de gravação.

O procedimento seguinte foi a da *transcrição* dos relatos. Na transcrição da oralidade, o conteúdo gravado foi convertido para a forma textual; a palavra é transportada em seu “estado bruto” (Leandro ALONSO, 2016). Nesse processo, foram preservadas as repetições de palavras, expressões próprias e trejeitos. Resultaram desse esforço quase 700 páginas transcritas. Na etapa seguinte, o relato oral gerado a partir da transição literal passa a ser reorganizado. São retiradas frases sem continuidade discursiva, ou cujo significado não fosse estritamente necessário ao relato; características do registro oral são suavizadas para ganhar maior fluidez no registro escrito. No entanto, optamos por preservar algumas marcas de oralidade e buscamos manter o estilo e a voz própria de cada uma delas.

A primeira versão do texto se consolidou com a *transcrição*. Essa é a fase em que são incorporados os “elementos extratextuais”: é o momento da “operacionalização da cultura”, da conversão da fala em “linguagem ressignificada” (ALONSO, 2016, p. 17-ss). Nesse processo, a partir de um vasto e imenso conjunto de relatos, as redatoras escolheram os eixos centrais da história a ser contada, em um procedimento central ao método da história oral, de acordo José Meihy e Fabíola Holanda (2013 *apud* ALONSO, 2016): o de apreender as visões, construções narrativas e idealizações, sobressaídas da exposição dos fatos. Um esforço de seleção e composição, que combina uma preocupação tanto estética quanto política na produção do texto.

Fez parte dessa etapa a escolha do que Alonso chama de “tons vitais” da entrevista, frases escolhidas para serem utilizadas como epígrafes das seções dos capítulos. Esse é um “elemento fundamental na prática de transcrição, porque contribuiu para encontrar os nexos narrativos, os eixos centrais dos documentos construídos e as vinculações temáticas apresentadas pelos interlocutores” (ALONSO, 2016, p. 16).

Finalmente, importa dizer que buscamos compor a narrativa a partir da abordagem epistemológica e metodológica escolhida. As coautoras costuraram a história contada em cada uma das biografias, usando como fios condutores os conteúdos objetivos e subjetivos das trajetórias relatadas, as escolhas, valores e vivências no desenrolar da vida profissional. Do ponto de vista do conjunto das biografias, buscou-se sistematicidade e harmonia temática entre os capítulos, mantendo-se, assim, certa coerência na obra e tornando-a capaz de confrontar a principal pretensão do livro: reconstruir itinerários de mulheres, negras

e gestoras públicas, buscando compreender como foram percorridos, em um contexto de luta pelos direitos da população negra. Para tanto, reuniões coletivas foram realizadas em vários momentos para a leitura e redação dos textos, buscando resolver dúvidas e dirimir incertezas sobre as mensagens a transmitir.

As primeiras versões dos textos foram encaminhadas às biografadas para validação. Em todos os casos, isso implicou em correção de imprecisões e edição de passagens sensíveis. Em muitos, foi necessária a reconstrução de trechos completos. Essa etapa final tem importância fundamental em uma pesquisa como esta, em que se opta por um método colaborativo e a biografada e primeira autora é, ao mesmo tempo, depoente, agente social e “objeto do estudo”.

Produz-se, com isso, uma inversão nos termos da lógica tradicional da pesquisa, em que as pesquisadas são tomadas como “objeto” do olhar das pesquisadoras. Em vez de simplesmente “colher dados”, fomos sendo reeducadas por aquelas que aceitaram participar e escrever conosco. Além disso, acreditamos que assim foi possível evitar um olhar complacente sobre a população negra, predominante na literatura até muito recentemente, evitando o apagamento de seu protagonismo.

1.3.4. O método é pessoal, é político e tem corpo: como retratá-lo em uma escrita feminista e enegrecida

*Eu disse: O meu sonho é escrever!
Responde o branco: ela é louca.
O que as negras devem fazer...
É ir pro tanque lavar roupa.
Carolina Maria de Jesus*

No processo da pesquisa, aprendemos como o acesso ao conhecimento não é puramente intelectual, mas passa efetivamente pelo *corpo*. Nesta pesquisa, não atingimos apenas os limites de nossas próprias razões, buscando acessar as das biografadas. Em um encontro marcado por uma equipe composta na metade por pessoas brancas e por dois homens, não apenas interesse intelectual e convergências teórico-políticas marcaram a interpelação das biografadas. Seja ao confrontar com as ações odiosas da branquitude ou reconhecer irmãs negras nos relatos, o processo foi intensamente movimentado e sentido por nossas corporeidades. Essa desestabilização, contudo, ajudou a manter viva a atenção sobre o objetivo de construir um ponto de vista diverso – e, sobretudo, mais realista – de nossa *história*.

Também por isso, procuramos manter a forma da escrita feminista e enegrecida. Assim como nas demais expressões sociais, a língua original do colonizador é genericada e racializada, ou seja, tradicionalmente excludente. Logo, um traço importante da escrita deste livro é o uso do feminino para desnaturalizar a ideia do masculino como representante da neutralidade e dos demais gêneros na linguagem. Sempre que possível, usou-se “a autora”, e não “o autor”; “pessoa”, e não “sujeito”. As referências bibliográficas utilizadas são citadas a partir de seus primeiros nomes, e não apenas sobrenomes, para evidenciar a existência (hoje majoritária) de cientistas mulheres, em um contexto em que se supõe que “o autor” de um texto científico é sempre um homem. Do ponto de vista do enegrecimento, evitamos palavras que pudessem ser negativamente associadas à negritude, ou que são excludentes por reforçarem o ideal da branquitude (como “esclarecer”).

Não custa voltar aos motes, já triviais, mas que fazem convergir os movimentos e teorias feministas e antirracistas: “o pessoal é político”, “o corpo é político”. “Acusadas” de não serem capazes de formular um pensamento teórico, universal, as mulheres sempre usaram da estratégia de contar suas histórias pessoais para vocalizar suas perspectivas, visões de mundo, enfim, dar visibilidade ao corpo que materializa e condiciona suas existências singulares. Por isso, toda a escrita do livro busca valorizar um ponto de vista pessoalizado – daí, mais um motivo para o uso da primeira pessoa, não apenas nos capítulos que contêm as biografias. Isso também ajuda a explicar a inserção de fotos do acervo pessoal das biografadas.

Por fim, no fazer deste livro descobrimos um caminho em que a história oral e a biografia encontram a tradição e o pensamento feminista negro. Aí, a narração de histórias é fonte primordial de uma memória e sabedoria oral e escrita do povo negro, que também é estratégia de reflexão, de pedagogia ancestral e política. São, enfim, as “escrevivências”, de que fala Conceição Evaristo:

Quando usei o termo escrevivência [...] se é um conceito, ele tem como imagem todo um processo histórico que as africanas e suas descendentes escravizadas no Brasil passaram. Na verdade, ele nasce do seguinte: quando eu estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, me vem muito na memória a função das mulheres africanas escravizadas dentro das casas-grandes, a função que essas mulheres tinham de contar história para adormecer os da casa grande. A prole era adormecida com as mães pretas contando histórias. Então, eram histórias para adormecer. Quando eu digo que os nossos textos tentam borrar essa imagem, nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, pra acordá-los dos seus sonos injustos. E essa escrevivência, ela vai partir, toma como mote de criação, justamente a vivência. A vivência do ponto de vista pessoal mesmo ou a vivência do ponto de vista coletivo (EVARISTO, 2017 *apud* Mariana SOUSA; Maria BARBOSA, 2020).

Assim, nos capítulos que se seguem sobre as trajetórias individuais de vida e de trabalho de mulheres negras na administração pública, não apenas a dimensão profissional é considerada. As origens familiar e social são apresentadas, mostrando tanto seu papel formador, ético e político, quanto condicionante do acesso à escolarização – principal mola de ativação de mobilidade social. O contexto de formação escolar e universitária é exposto e interpretado, ora como fonte de processos de aniquilamento cognitivo e confiança, ora como berço de ativismo e reconstituição identitária. Outras dimensões são relatadas: a do ativismo, atravessador de toda a trajetória adulta e sobretudo profissional; o das relações sexuais e românticas, como caminho profundamente tortuoso; a da religião, promotora de um religamento com um passado e com uma herança apagados, mas também de um futuro coletivo.

Com isso, espera-se contribuir para a discussão sobre a complexa trama desse contrato de exclusão racial-sexual-classista que as atinge de frente, e potencializar saídas para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, para nós todas.

Referências

- ALBERT, Bruce. Postscriptum – Quando eu é um outro (e vice-versa). *In*: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALBERTI, Verena. Ensaio bibliográfico: obras coletivas de história oral. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 206-219, jun. 1997.
- ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.
- ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ORAL, 2., Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996.
- ALONSO, Leandro Seawright. O corpus documental em história oral: teoria, experiência e transcrição. **Revista Observatório**, Palmas-TO, v. 2, n. 1, p. 54-75, 2016.
- BATISTA, Yuri Andrei. O autor e a autobiografia: morte, vida e outros espaços. **Memento**, Três Corações, v. 9, n. 1, jan./jul. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO; FERREIRA (org.). **Usos e abusos da história oral**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.183-191.
- BROWNE, Irene (ed.). **Latinas and african american women at work: race, gender, and economic inequality**. New York: Russell Sage Foundation, 2000.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.49, 117-132, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. *In*: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

COLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**. [São Paulo]: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao negro. **Estudos feministas**, v. 171, n. 1, 2002.

DIOP, Carmen. Les femmes noires diplômées face au poids des représentations et des discriminations en France. **Hommes & migrations**, Paris, n. 1292, p. 92-102, juil./août. 2011.

EVARISTO, Conceição. **Estação Plural**, TVBRASIL, São Paulo, 2017. Entrevista concedida a Ellen Oléria, Fernando Oliveira e Mel Gonçalves. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xn2gj1hGsoo>. Acesso em: 27 dez 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Editora Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.92-93, p.69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p.223-244, 1984.

HALL, J. Camille; EVERETT, Joyce E.; HAMILTON-MASON, Johnnie. Black women talk about workplace stress and how they cope. **Journal of Black Studies**, Thousand Oaks, v. 43, n. 2, June 29, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, v.41).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – PNAD Contínua: ano de referência: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LEJEUNE, Philippe. **Je est un autre**: l'autobiographie, de la littérature aux médias. Paris: Seuil, 1980.

MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, DF: Ipea, 2013.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v.2, n.1, p.95-108, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2013.

MORAES, Sumaya Mattar. Memória e reflexão: a biografia como metodologia de investigação e instrumento de (auto) formação de professores de arte. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 18., Salvador, 2009. **Anais** [...]. Salvador: Anpap, 2009.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras**: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v.22, n.3, p.445-456, 2010.

SILVA, Michele Lopes. **Mulheres negras em movimento**: trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Sheila dos Santos; MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues. Escritas de si e espaço biográfico – revisão teórico-crítica. 2016. **Memento**, Três Corações, v. 7, n. 2, 19 p., jul./dez. 2016.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Josenilton Marques da. **Reserva de vagas para negros em concursos públicos**: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013. Brasília, DF: Ipea, 2014. (Nota técnica, n.17).

SOUSA, Mariana Alves; BARBOSA, Maria Valéria. Mulheres negras ocupando espaços por meio de narrativas e “escrevivências”. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 33, n.2, jul./dez. 2020.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p.115-137, jun. 2011.

VOLPE, Ana Paula Sampaio *et al.* Igualdade racial. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise: n.20. Brasília, DF: Ipea, 2012. cap. 8, p. 313-367.

2

MACAÉ MARIA EVARISTO

Macaé Maria Evaristo dos Santos
Renata Souza-Seidl
Letícia Godinho

1. Origens

Eu nasci em 1965. Um ano depois do golpe, no interior de Minas Gerais, em São Gonçalo do Pará – um município bem pequeno, de 10 mil habitantes, com população de maioria branca e bastante conservadora. Minha família é uma das poucas famílias negras do município e eram muito pobre.

Meus avós tiveram apenas minha mãe. Eram agricultores, trabalhavam na roça, conseguiram comprar uma pequena fazendinha. A família do meu pai era do Quilombo do Pimentel, que fica na região de Pedro Leopoldo e Santa Luzia. Quando vão para Belo Horizonte, vão morar no Pendura Saia, favela que ficava na região Centro-Sul da cidade. Eles vão passar por todo o processo de especulação imobiliária, que tira as famílias negras que lá moravam, para entrar ali um bairro de classe média alta, que hoje é o Cruzeiro. Então, eu vim dessa conjuntura familiar.